

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.661 - AC (2019/0198963-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : TALISON DE SOUZA TEIXEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : CÉSAR AUGUSTO CALIXTO MARQUES - DEFENSOR DATIVO -  
AC003100  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **TALISON DE SOUZA TEIXEIRA**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADOS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO VEREDICTO DO TRIBUNAL DO JÚRI. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA. INVIABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS E AGRAVANTE DEVIDAMENTE RECONHECIDA E FUNDAMENTADA. RECONHECIMENTO DE CRIME CONTINUADO. IMPOSSIBILIDADE. CRIME PRATICADO EM CONCURSO FORMAL. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A hipótese de submeter o réu a novo julgamento por decisão manifestamente contrária à prova dos autos somente é possível quando o Conselho de Sentença adotar tese integralmente incompatível com os elementos do processo.

2. *In casu*, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos se os jurados, diante das teses que sobressaem do conjunto probatório, exercitando, desse modo, a sua soberania, preconizada no Art. 5º, XXXVIII, "c", da Constituição da República.

3. Ao estabelecer a pena concreta e definitiva do Apelante acima do mínimo legal, o Juízo *a quo* considerou a presença de circunstâncias judiciais e agravantes desfavoráveis ao réu, fundamentando a sua decisão de forma justa e proporcional à sua conduta, motivo pelo qual deve ser mantida a r. Sentença.

4. Não há que se falar em crime continuado, porquanto o Apelante com uma só ação praticou crimes de homicídio tentados e consumados.

5. Recurso conhecido e desprovido." 448

O recorrente aponta violação aos arts. 59 e 68 do Código Penal (e-STJ, fl. 479).

Aduz que “a insurgência da defesa reside, baseada na doutrina e na jurisprudência de que em relação a tentativa cruenta, o tiro que atingiu a perna de uma das vítimas esteve muito longe do evento morte, assim preconiza extensa jurisprudência que a

redução da pena poderia ocorrer em 2/3, não havendo fundamentação idônea que justificasse o *quantum* aplicado neste caso” (e-STJ fls. 480).

Afirma, ainda, que não foi apresentada fundamentação idônea para embasar a elevação da pena-base em relação às circunstâncias dos crimes de homicídio tentado e consumado e que a denúncia, a pronúncia e a condenação pelo conselho de sentença, não fizeram menção as demais pessoas presentes no local, de modo que esse fato não poderia servir para embasar a elevação da pena-base (e-STJ fls. 482).

Assim, entende que apenas 4 (quatro) das 8 (oito) circunstâncias judiciais foram devidamente fundamentadas, devendo a pena-base ser diminuída para 12 anos.

Com relação ao delito previsto no art. 16 da Lei nº 10.826/2003, pleiteia a redução da pena para o patamar mínimo legal.

Por fim, aponta negativa de vigência aos artigos 5º, XLVI, e 93, IX, da Constituição Federal.

Requer, assim, a reforma do aresto impugnado.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls.502-514).

Admitido o recurso (e-STJ, fl. 515), os autos ascenderam a esta Corte Superior.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 523-527).

**É o relatório.**

Decido.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Consoante se verifica dos autos, o réu foi condenado à pena de 50 (cinquenta) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime inicial fechado, em razão da prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, c/c 14, II, ambos do Código Penal e 16 da Lei n. 10.826/03 (1 homicídio duplamente qualificado consumado contra menor de 14 anos, 2 homicídios duplamente qualificados tentados e porte ilegal de arma de fogo).

Inicialmente, quanto ao delito de tentativa de homicídio e ao pedido de redução da pena na fração de 2/3, sob o argumento de que o tiro que atingiu a perna da vítima não lhe causou perigo de morte, verifica-se que essa questão não foi objeto de pronunciamento pelo Tribunal de origem.

Desse modo, ante a ausência do indispensável prequestionamento, a matéria não merece ser conhecida por essa Corte Superior. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

De outra parte, no que se refere ao pedido de exclusão da valoração negativa da vetorial "circunstâncias do crime", prevista no art. 59 do CP, em relação a ambos os crimes de homicídio qualificado tentado e também em relação ao consumado, sob o argumento de que não foi apresentada fundamentação idônea, também não assiste razão ao recorrente.

No caso, o Tribunal de origem, ao julgar desfavorável a referida circunstância judicial, assim se manifestou:

"Circunstâncias: no interior da casa, local de múltiplos disparos de

arma de fogo, conforme laudo de fls. 78/86, estavam presentes 04 crianças (Felipe, Beatriz, Taina e a vítima fatal Thayson Júnior Holanda da Silva), além de Willian da Silva Mendonça, Gleyson Limada Silva e Thais Cristina Holanda da Conceição, produzindo grave risco para todos os presentes." (e-STJ, fl. 461).

Como se vê, foram apresentados elementos concretos para a valoração negativa da referida vetorial, uma vez que o réu colocou em risco a integridade física de 4 (quatro) crianças e mais 3 adultos que se encontravam no interior da residência.

Ademais, observa-se que essa assertiva consta expressamente da denúncia. A propósito, confira-se:

"Extraí-se dos autos que, as vítimas Willian e Gleyson, que são irmãos, estavam na residência deste último (local do fatos), **na companhia de seus familiares e crianças que dormiam.**" (e-STJ, fl. 64).

Em petição juntada à fl. 242 (e-STJ), a defesa do réu argumenta:

"Para tanto, dirigiram-se até a residência onde elas se encontravam no endereço acima mencionado. **Extraí-se dos autos que, as vítimas Willian e Gleyson, que são irmãos, estavam na residência deste último (local do fatos), na companhia de seus familiares e crianças que dormiam. Uma vez no local, ao avistarem a vítima Willian em uma das janelas, o denunciado e seus comparsas passaram a efetuar múltiplos disparos com as armas de fogo em sua direção, atingindo-a na perna esquerda.**"

Da sentença de pronúncia, colhe-se o seguinte excerto, relativo ao testemunho da Sra. Thais Cristina Holanda da Conceição:

(...) Willian era meu cunhado; foi o meu filho que foi assassinado; era por 8:30; **tenho 05 filhos; todos estavam na minha casa (...)** **coloquei meu filho para dormir e os demais estavam no sofá** (...) não vi quem atirou (...) falaram que foram 05 pessoas (...) os disparos foram da rua (...)quem levou tiro foi o Willian e o meu filho; outro filho levou outro tiro de raspão (...) que eu soubesse meu companheiro não tinha envolvimento com facção (...) tinha bebido (...) meu companheiro estava afastado do trabalho (...) não sei o motivo (...) não sei o paradeiro do Gleison; não tenho notícia alguma dele; a criança levou dois tiros (...) o Gleison ficou desesperado; depois do enterro ele foi embora; o Willian gosta de usar droga; não sabia de venda de droga; fazia um mês que fomos morar ali; o Willian já está a duas semana no local; o motivo para ele estar lá era porque ele estava com encrenca onde morava; o Willian estava nervoso; sei que o Willian estava sendo ameaçado; o pessoal disse que mataria o Willian; foi minha sogra que pediu para ele ficar; o Gleison ainda está vivo; negritei." (e-STJ, fls. 248-249)

Desse modo, não se observa, quanto ao ponto, a suscitada negativa aos art.

# Superior Tribunal de Justiça

59 e 68 do Código Penal, pois, além de o acórdão recorrido declinar fundamentação idônea para julgar desfavorável a aludida vetorial, o fato de haver outras pessoas, inclusive menores, dentro da casa, foi expressamente mencionado em todas as fases do processo, inclusive pela própria defesa.

Em relação ao pedido de fixação da reprimenda, referente ao crime de porte ilegal de arma de fogo, no mínimo legal, o recorrente alega que "as circunstâncias judiciais elencadas pelo magistrado constitui um *bis in idem*, pois trata-se de crime de perigo abstrato, bastando para tanto o portar" (e-STJ, fl. 488).

Como se vê, a defesa não logrou êxito em demonstrar de que modo o acórdão recorrido teria violado os arts. 59 e 68 do Estatuto Repressivo, incidindo, quanto ao ponto, o óbice da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Por fim, quanto à apontada negativa de vigência aos artigos 5º, XLVI, e 93, IX, da Constituição Federal, cumpre destacar que não compete ao Superior Tribunal de Justiça o enfrentamento de dispositivos constitucionais, ainda que para efeito de prequestionamento da matéria, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator